

Título: O estado penal e as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes – a experiência de um município da baixada fluminense

Autor(es) Lia Toyoko Yamada*

E-mail para contato: liayamada@gmail.com

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): violência sexual; estado penal; políticas públicas; infância e adolescência

RESUMO

O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa intitulada “Violência sexual e a rede de proteção à infância e adolescência: uma reflexão sobre a prática da psicologia” vinculado ao Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá. A pesquisa teve como objetivo principal realizar um mapeamento dos principais órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de um município da Baixada Fluminense no tocante à política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A metodologia adotada baseou-se no referencial teórico-metodológico da análise institucional, no pensamento de Michel Foucault e na perspectiva da pesquisa-intervenção. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente e em grupo. Desse modo, trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e de análise quantitativa e qualitativa. Com base em entrevistas e grupos de discussão realizados com profissionais da Rede de Proteção à Infância e Adolescência pode-se observar que a violência sexual aparece mais associada ao abuso sexual intrafamiliar. Em relação à exploração sexual, os dados apontaram para uma reduzida incidência de atendimento a este tipo de violação, indicando que os casos de exploração sexual não seguem o mesmo fluxo que as denúncias de abuso sexual intrafamiliar, necessitando de uma abordagem mais ativa por parte do poder público. Observou-se, em relação à atuação do psicólogo(a), a predominância por atividades avaliativas com vistas a subsidiar uma decisão judicial. O profissional da psicologia que atua no Ministério Público, no CREAS e Conselho Tutelar recebe demandas voltadas principalmente para avaliar se há indícios ou não da ocorrência do abuso ou violência sexual. No tocante à política de atendimento, verificou-se que a demanda por acompanhamento e tratamento dos atingidos pela violência sexual não consegue ser suficientemente absorvida pelos postos de saúde do município, sendo muitas vezes direcionados para ONGs que também não conseguem dar conta de todas as demandas endereçadas. Verifica-se que a política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes articula-se prioritariamente em torno do eixo de defesa e responsabilização, com vistas à responsabilização do autor da violência inserido num contexto chamado de Estado Penal (Wacquant). Porém para que seja efetiva a proteção integral de crianças e adolescentes faz-se necessário o investimento em ações centradas não exclusivamente no viés punitivo e judicial e que busquem garantir a saúde dos atingidos pela violência sexual, dissociando as instâncias jurídico-policiais dos eixos de defesa de direitos e de atendimento às pessoas envolvidas, especialmente a saúde e a assistência social.